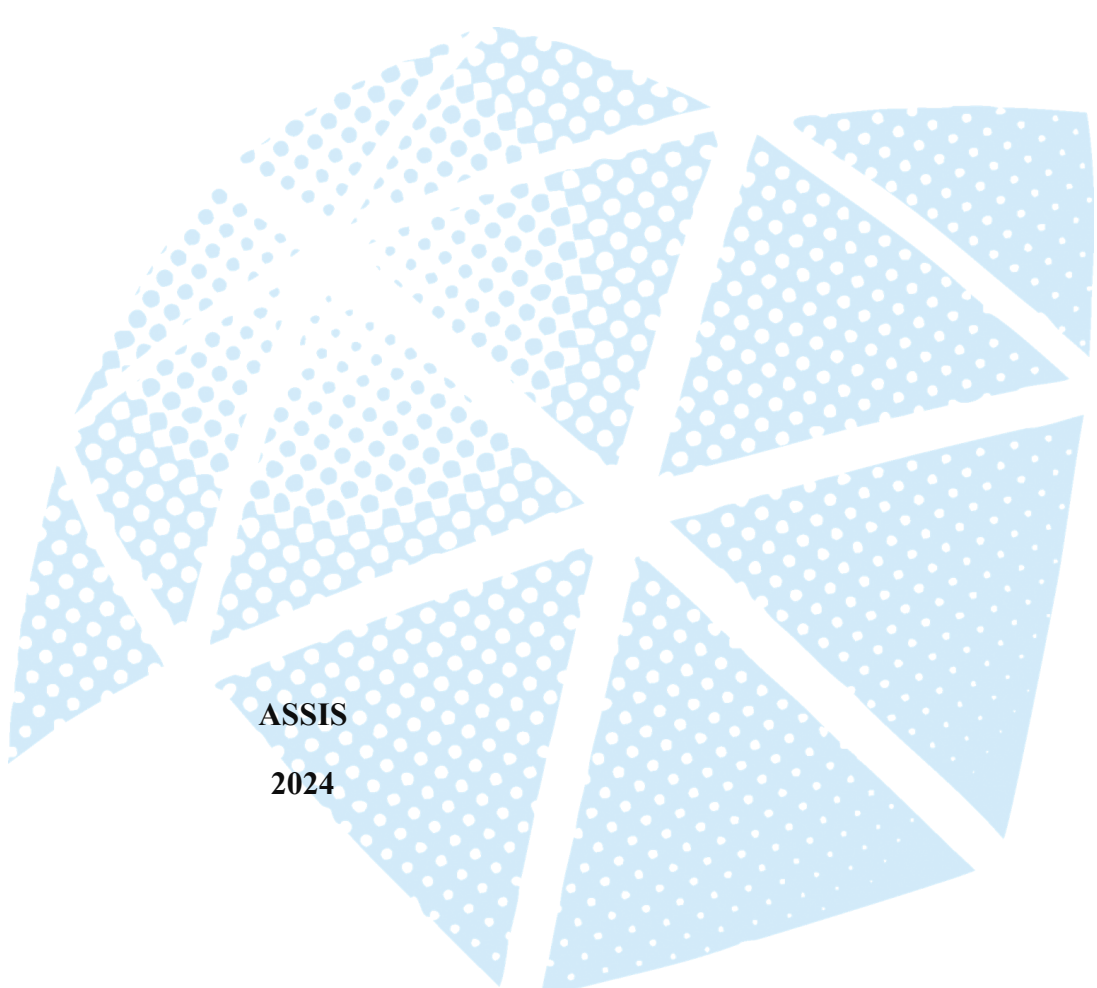


RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desse
trabalho será disponibilizado
somente a partir de 06/05/2026.

MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS

**PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE
LGBTI+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS
RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**



ASSIS

2024

MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS

**PROCESSOS SUBJETIVOS DE PERTENCIMENTO E ALIANÇAS DE
LGBTI+S NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SUAS
RELAÇÕES COM AÇÕES E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para o Exame Geral de Defesa, como requisito para a obtenção do título de mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Leonardo Lemos de Souza

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, Processo N° 2021/01407-3)

ASSIS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S237p Santos, Marcus Vinicius Mazini dos
Processos subjetivos de pertencimento e alianças de
LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações
com ações e políticas afirmativas / Marcus Vinicius Mazini dos
Santos. — Assis, 2024
108 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza

1. Universidades e faculdades públicas. 2. Políticas públicas
de ação afirmativa. 3. População LGBTI+ - Aspectos sociais.
I. Título.

CDD 306.76

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS.

Aos 06 dias do mês de maio do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MARCUS VINICIUS MAZINI DOS SANTOS, intitulada **Processos subjetivos de pertencimento e alianças de LGBTI+s nas universidades públicas brasileiras e suas relações com ações e políticas afirmativas**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Social / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. DOLORES CRISTINA GOMES GALINDO (Participação Virtual) do(a) UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES (Participação Virtual) do(a) UEL-Londrina/PR. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente meu orientador, professor Leonardo Lemos de Souza, que esteve comigo durante todo o processo de confecção do projeto até a finalização da presente pesquisa. Sem o amparo e o incentivo que venho recebendo desde a graduação, não teria chegado até aqui. Agradeço por todas as oportunidades apresentadas e pelas trocas que me fizeram crescer como pesquisador e psicólogo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro, concedido por meio do Processo nº 2021/01407-3 que possibilitou a realização do presente Mestrado e pelo apoio financeiro ao projeto BEPE 2022/16489-8.

Às professoras Flávia e Dolores que me ajudaram a pensar melhor a presente investigação e deram contribuições importantes para a construção do texto final. Sou grato pelo apoio e incentivo durante esse período.

À Taluana que me ajudou a desbravar Barcelona e tem me apoiado de lá até aqui, por sua amizade e por todo auxílio prestado para pensar essa pesquisa.

A toda minha família que esteve como rede de apoio durante esse processo e tantos outros da minha vida, meus pais Paulo e Daniele, minhas tias Vera e Ana, meus irmãos Anderson e Mariana e meus primos Kell, João, Luísa e Juliana.

À Camila, que tem caminhado comigo durante toda minha trajetória acadêmica e me ajudado a pensar esse e tantos outros aspectos da minha vida.

Aos amigos que estiveram comigo ao longo da concepção e execução desse projeto e tudo o que envolveu. Vocês sabem quem são e sabem do lugar que ocupam em meu coração.

À Babi que sempre acreditou em mim e, que por todos esses anos, vem sendo a amiga que qualquer pessoa gostaria de ter.

Por fim, agradeço a João Carlos, pessoa que conheci durante esse processo e vem representando alguém que eu tenho procurado há muito tempo. Obrigado pela paciência e carinho durante os altos e baixos da trajetória que envolveu o Mestrado e tantas outras coisas que aconteceram nesse período.

“Se as pessoas ao menos soubessem que ser surpreendido pelo mundo é tão melhor que
compreendê-lo...”

(Marilac, 2019, p. 41)

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é mapear e analisar processos subjetivos que produzem o pertencimento de sujeitos LGBTI+ nas universidades públicas brasileiras a partir do registro de suas experiências nesses espaços, trazendo destaque para a importância dos vínculos construídos nesses processos e a permanência na universidade. Para alcançar tal objetivo, utilizamos da pesquisa qualitativa como referência na produção e abordagem de tratamento dos dados e do método cartográfico inspirado em Deleuze e Guattari. Primeiramente, foram mapeadas 3 universidades públicas, sendo que tais universidades deveriam contemplar o critério de desenvolverem algum tipo de ação afirmativa voltada para a população LGBTI+. A partir disso, contactamos pessoas LGBTI+ dessas universidades para construir 2 grupos focais e realizar 5 entrevistas de aprofundamento, com encontros que aconteceram no Google Meet. Além da investigação em território brasileiro, a pesquisa mapeou universidades em território espanhol para analisar a forma como sujeitos LGBTI+ lutam para combater a lgbtfobia e formar alianças nas universidades em tal país, entrevistando presencialmente 6 estudantes LGBTI+ em universidades da cidade de Barcelona. A análise dos dados foi realizada com os aportes teóricos e bibliografia sobre o contexto universitário e ações afirmativas a partir de perspectivas teóricas feministas e *queer*. Durante o percurso da pesquisa foram encontradas questões relativas à importância das alianças na universidade, principalmente na forma das amizades que se desenvolvem no espaço universitário. Além disso, também foram obtidos relatos sobre situações de violência e opressão e construída uma análise sobre o papel das ações afirmativas na universidade.

Palavras-chave: Universidade Pública; Políticas e Ações Afirmativas; População LGBTI+; Processos subjetivos.

ABSTRACT

The objective of this research is to map and analyze subjective processes that produce the belonging of LGBTI+ subjects in Brazilian public universities based on the recording of their experiences in these spaces, highlighting the importance of the bonds built in these processes and their permanence at the university. To achieve this objective, we use qualitative research as a reference in the production and data processing approach and the cartographic method inspired by Deleuze and Guattari. Firstly, 3 public universities were mapped, and these universities had to meet the criteria of developing some type of affirmative action aimed at the LGBTI+ population. From this, we contacted LGBTI+ people from these universities to create 2 focus groups and carry out 5 in-depth interviews, with meetings that took place on Google Meet. In addition to the investigation within Brazilian territory, the research mapped universities in Spain to analyze how LGBTI+ individuals fight against LGBTI+phobia and form alliances in universities in that country, interviewing 6 LGBTI+ students from universities in the city of Barcelona. Data analysis was carried out with theoretical contributions and bibliography on the university context and affirmative actions from feminist and *queer* theoretical perspectives. During the course of the research, questions were found regarding the importance of alliances at the university, mainly in the form of friendships that develop in the university space. In addition, reports on situations of violence and oppression were also obtained and an analysis was constructed on the role of affirmative actions at the university.

Keywords: Public University; Policies and Affirmative Actions; LGBTI+ population; Subjective processes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	9
2. OBJETIVOS	22
2.1 Objetivos Específicos	23
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	24
3.1 Forma de análise dos resultados	28
4. O EXISTIR, PERTENCER E PERMANECER.....	30
4.1 O Existir.....	31
4.1.2 <i>O Contato</i>	<i>34</i>
4.1.3 <i>Participantes</i>	<i>41</i>
4.1.4 <i>Início da trajetória universitária enquanto LGBTI+</i>	<i>44</i>
4.1.5. <i>Antes da Universidade</i>	<i>54</i>
4.2 Pertencer	58
4.2.1 <i>Amizades e alianças</i>	<i>61</i>
4.2.2 <i>Dialogando sobre Ações Afirmativas</i>	<i>67</i>
4.2.3 <i>Além do Brasil.....</i>	<i>73</i>
4.3 O Permanecer.....	78
4.3.1 <i>Para além da Sexualidade e Gênero</i>	<i>80</i>
4.3.2 <i>Para além da Universidade.....</i>	<i>82</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÊNDICES	102
Apêndice A - Formulário para interessados da ufabc em participar na pesquisa	102
Apêndice B - Termo de Consentimento Investigação na Espanha	104
Apêndice C - Termo de consentimento livre e esclarecido	106

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A história de sujeitos LGBTI+ não é uma folha em branco. Nunca foi. Todos os dias milhões de sujeitos constroem tal história, porém nem sempre essa história é composta através da escrita, nem sempre tais histórias são preservadas para posteridade.

É essencial um cuidado com a história das minorias de gênero e sexuais. É importante valorizar toda e qualquer forma de existência, toda e qualquer forma de expressão/performatividade. Esse trabalho é uma tentativa de colocar em papel histórias com detalhes que muitas vezes podem passar despercebidos até para os sujeitos que as vivenciaram. Desejamos colocar tais narrativas no papel para que elas tomem vida, para que inspirem e para que seja dada a visibilidade para tantos sujeitos LGBTI+ que passam por diversos percalços e que muitas vezes se acostumam com as dificuldades que são enfrentadas, alinhando sua percepção de existência de forma a se acostumarem a não receber um bom tratamento tal qual a população cisheterossexual. Tais dificuldades não deveriam se tornar um costume, mas devido ao senso de sobrevivência, acabamos convivendo e transformando tais dificuldades em algo que “faz parte”. Ter que se esforçar duas, três, quatro vezes mais que pessoas pertencentes a cisheteronormatividade acaba virando uma rotina. E esses esforços precisam ser reconhecidos, sendo uma das formas de reconhecimento o fato de estarem gravados em tinta e papel.

Neste sentido, de manter histórias LGBTI+ vivas e presentes através do contar em papel, obras como “Devassos no Paraíso” (Trevisan, 2018), “Além do Carnaval” (Green, 2019) e “Eu, travesti” (Marilac; Queiroz, 2019) são inspirações. Assim como tais obras, o objetivo aqui é trazer os relatos da forma mais honesta e íntegra possível, mas talvez não seja adequado dizer imparcial, afinal, em uma sociedade estruturada a partir de valores LGBTfóbicos, racistas e machistas, não creio que seja adequado se manter imparcial.

Ainda pensando em influências e inspirações que me acompanharam até aqui, consigo recordar nitidamente minha primeira leitura *queer*. Durante o Estágio Básico no quarto semestre do curso de Psicologia, o professor Fernando Silva Teixeira Filho indicou o Manifesto Contrassexual de Preciado (2014), leitura que conta com um material *queer* extremamente subversivo e imersivo, que a partir de algo que inicialmente beira o absurdo, acaba demonstrando o potencial de possibilidades que existem a partir do uso

de tecnologias que vão muito além dos processos de socialização cisheteronormativos que estamos acostumados.

Cerca de um ano depois, tive a oportunidade de conhecer o professor Leonardo Lemos, com quem realizei minha primeira iniciação científica, intitulada “Um estudo sobre as demandas e a qualidade de políticas e ações afirmativas de acordo com a população discente LGBTI+ da Universidade Estadual Paulista”, pesquisa que durou dois anos e contou com financiamento FAPESP¹. Tal pesquisa buscou analisar o impacto da presença ou ausência de políticas e ações afirmativas dentro da Unesp para com corpos LGTBI+, revelando um descompasso enorme entre o que era visto como necessário pela comunidade LGBTI+ universitária e o que era fornecido institucionalmente. Atualmente, tal descompasso é menor e a perspectiva é de que cada vez mais as políticas de inclusão estejam presentes em tal universidade, horizonte que será apontado de modo mais amplo ao longo do texto.

Carrego a experiência de tal Iniciação Científica com muito carinho, tanto por ter sido fundamental em minha formação enquanto pesquisador e psicólogo, como por estar inserida em um contexto de contribuição para a construção de uma UNESP mais plural, principalmente pensando que tal projeto estava inserido em um projeto mais amplo de articulação de análise de ações e políticas afirmativas em universidades do Brasil, Chile e Espanha, bem como o presente Mestrado², que foi pensado a partir da coleta de dados na Iniciação Científica durante a graduação. Os preceitos para a atual pesquisa foram surgindo por meio da observação de como a construção de vínculos, alianças, amizades e outros aspectos subjetivos desempenharam um papel importante na permanência de estudantes universitários em um cenário em que a instituição não desempenhava completamente o papel necessário para garantir condições de permanência.

Em alguns momentos o presente texto pode se mostrar mais impessoal, casando-se com o distanciamento comum, passível de críticas da relação de pesquisador e objeto de pesquisa, mas tal construção não é proposital, faz parte das possibilidades de construção disponíveis e adequadas para cada momento do texto. Em outros momentos quem vos escreve toma a liberdade de escrever em primeira pessoa, afinal pesquisar é uma

¹ Processo nº: 19/01501-0

² O atual projeto de mestrado é uma pesquisa vinculada a um projeto mais amplo, intitulado “Ações e políticas afirmativas universitárias para estudantes LGBTI+: um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Espanha”, que conta com Auxílio Regular à Pesquisa da FAPESP, processo nº: 20/09586-1.

construção e cabe a nós experimentarmos e multiplicarmos possibilidades. Deleuze e Guattari foram grande inspiração nesse sentido, ao escreverem que “[...] as multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (2011, p. 25).

A motivação para compor esse trabalho vem do fato de que, no contexto brasileiro, grupos que possuem sexualidades e identidades de gênero que fogem da lógica da cisheteronorma³ enfrentam historicamente um cenário de violência e ódio diante de suas existências. Este cenário produz processos de exclusão sistemáticos e dificuldade de acesso à educação, saúde e direitos civis relacionados à livre expressão de afetos, cultura e sociabilidade. No contexto da educação esses processos têm sido vivenciados com os diversos ataques da referida “ideologia de gênero”, um termo forjado por grupos que se sustentam numa lógica da salvaguarda da família e da continuidade de valores do cisheteropatriarcado (Junqueira, 2018). Este debate está mais presente na educação básica, embora atavesse todas as instituições educativas em seus diferentes níveis.

Na educação superior o acesso e permanência da população LGBTI+ têm sido uma preocupação mais recente com a criação de políticas e ações afirmativas que reconhecem e buscam efetivar direitos que garantam o respeito a saberes e existências dessas pessoas no ensino superior, especialmente da população de travestis e transexuais (Rios; Perez, 2021).

Observando contextos mais gerais de violência contra a população LGBTI+, o Grupo Gay da Bahia, a mais antiga associação brasileira de defesa dos direitos de pessoas gays (e atualmente atuando em prol de toda a comunidade LGBTI+), trabalha em estatísticas que expõem a violência contra a população LGBTI+ há décadas. O “Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2023”, publicado em 2024, com

3 Ao longo do texto utilizaremos termos como cisheteronormatividade, heteronormatividade e heteronorma, termos esses que fazem referência à política do que é socialmente visto como normal ou padrão em relação a sexualidade e gênero, onde o normal é expresso pelo corpo cis-hétero que corresponde às expectativas sociais e se adequa ao que seria “natural” na visão dos que consideram como legítimo apenas quem se identifica enquanto cisgênero e heterossexual. Tais concepções de normal também pressupõem o que seria “anormal”, legislando e regulando corpos de pessoas LGBTI+ como fora do padrão e penderes de regulação e correção, de onde surgem ideias como a “cura gay”. A leitura desse regime de subordinação de corpos é feita a partir de autoras como Butler (2022) e Wittig (2022), levando à compreensão de que sexualidade e gênero não são dados naturais, mas fazem parte de construções e tecnologias que estão em constante transformação e que não devem ser usadas para promoção de marginalização e exclusão.

dados construídos a partir de informações veiculadas pela imprensa brasileira, conteúdos da internet e envios de informações para o GGB⁴, apontou que 257 pessoas LGBTI+ foram vítimas da lgbtfobia no Brasil em 2023, incluindo: 204 homicídios (79,38%) e 20 suicídios (7,78). Tal realidade não é incomum: no ano de 2022, a partir de relatório publicado em 2023, o Grupo Gay da Bahia relatou a morte violenta de 256 pessoas LGBTI+. Já o Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil em seu dossiê de 2022, também publicado em 2023, a partir de dados coletados na mídia e em redes sociais, expôs 273 mortes ocorridas no ano de 2022.

Infelizmente, ainda é possível observar países que chegam a legalmente legitimar a violência contra pessoas LGBTI+ com legislações que criminalizam a homossexualidade e transexualidade. Segundo a ILGA (*The Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*), ainda há 68 territórios no mundo que condenam a homossexualidade, sendo que 63 deles são Estados membros da ONU. Em contabilização de dados focados em práticas transfóbicas, a *Transgender Europe* divulgou, no final de 2023, os dados referentes às mortes de pessoas trans a nível global, no período de outubro de 2022 até setembro de 2023, classificando o Brasil como o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, posto que já ocupa nos dados da *Transgender Europe* há 15 anos consecutivos. Tal dado é corroborado pela coleta de dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), com o Brasil também assegurando o posto de país que mais assassina pessoas dessa população pelo décimo quinto ano consecutivo (Benevides, 2024). O “Dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024” também documenta que a maioria das travestis e mulheres transexuais ainda vivem da prostituição e têm extrema dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior.

No cenário político, foi perceptível o aumento da violência praticada contra a população LGBTI+ durante o período de eleições de 2018, em que a exposição de discursos lgbtfóbicos proferidos por figuras políticas, tais como o ex-presidente Jair

⁴ O Estado brasileiro ainda não conta com dados oficiais retratando índices de violência contra pessoas LGBTI+ no país. A falta desses dados faz com que os grupos que tomam a iniciativa em expor a realidade de violência contra a diversidade sexual e de gênero tenham que recorrer a fontes de dados que não oferecem tanta precisão da realidade, como a imprensa e as redes sociais. Apesar dessas fontes oferecerem dados confiáveis sobre os casos relatados, os números reais ainda são subestimados e apenas dados de instituições do Estado poderiam oferecer condições mais concretas para a legitimação de políticas públicas que possam combater a violência contra corpos LGBTI+.

Messias Bolsonaro que deixava em evidência suas posições homotransfóbicas⁵, esteve incitando esse cenário. A partir disso, os quatro anos que se seguiram representaram a legitimação de discursos violentos e projetos de perseguição contra a população LGBTI+ por grande parte do corpo político brasileiro. Apesar de garantias institucionais para sujeitos da diversidade sexual e de gênero, a possibilidade desse cenário se conecta com o que Galindo *et al* (2017) destacam, colocando que o Estado de direitos e democracia para a população LGBTI+ não se efetivou plenamente no Brasil em função de lógicas e processos históricos de deslegitimação dessa população produzidos por forte ódio social. O projeto de lei 7382/2010 de Eduardo Cunha é uma das demonstrações de dispositivos que minam o exercício da cidadania plena da população LGBTI+, que ao desonestamente descontextualizar todo o panorama de violência contra a população LGBTI+, buscou promover mais privilégios para a população heterossexual, ao propor a criminalização da heterofobia. Já o PL 6583/2013, intitulado como o “Estatuto da Família”, teve por pauta utilizar do poderio de Estado para fortalecer mais o status da família heterossexual nuclear como a única válida e digna de direitos. Felizmente, tais projetos não se encontram mais em tramitação, mas continuam como exemplos importantes de tentativas legislativas de penalizar sujeitos LGBTI+.

Ao mesmo tempo, o Brasil é um país que, apesar de não ter status de lei, garante juridicamente o casamento entre pessoas do mesmo sexo de acordo com a resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça⁶, também não existindo impeditivos legais que proíbam casais homossexuais de adotar crianças⁷. Já o Decreto n.º 8.727 (2016) coloca como status de lei que o nome social de travestis e transexuais deve ser respeitado em todo o território brasileiro⁸ e há intensa luta para que haja a desburocratização do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas não-cisgênero pelo Estado.

Esses trâmites legais tratam de direitos importantes conquistados como resultado de décadas de luta pela população LGBTI+, trazendo justiça para quem esteve na

⁵ “Bolsonaro critica ‘ideologia de gênero’ e diz: “O pai quer o filho homem e a filha mulher”, disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2020/01/bolsonaro-critica-ideologia-de-genero-e-diz-o-pai-quer-o-filho-homem-e-a-filha-mulher> ; “Bolsonaro: “Sou homofóbico sim, com muito orgulho. Não terão sossego”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VpqsHe02uLE&feature=emb_title .

⁶ Resolução Nº 175 de 14/05/2013, disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>

⁷ Adoção por pares homoafetivos no Brasil, disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59370/adocao-por-pares-homoafetivos-no-brasil>

⁸ Decreto Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm

vanguarda de movimentos em épocas em que o que temos hoje parecia impossível, como em plena ditadura militar a publicação dos jornais *Lampião da Esquina* (1978), *ChanacomChana* (1981) e *Jornal do Gay* (1978), que foram importantíssimos na construção de movimentos de resistência por ousarem questionar os valores lgbtfóbicos vigentes e veicular narrativas para a humanização de pessoas LGBTI+. Outras mobilizações importantes foram o Grupo Somos, o Grupo de Ação Lésbica Feminista e o Grupo Gay da Bahia que permanece ativo até hoje. Mobilizações como essas possibilitaram a construção de movimentos como o Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados e o Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, ambos nos anos 80, bem como o início da Parada do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo, que em 1997 contou com sua primeira edição reunindo cerca de 2 mil pessoas e atualmente chega a unir 3 milhões de pessoas nas ruas em prol de um movimento em nome da liberdade sexual e de gênero (Green, 2014; Quinalha, 2021; Trevisan, 2018). Tais ações coletivas possibilitaram o que seria construído após o processo de redemocratização nos anos 80, e com os governos Lula e Dilma, em especial o que foi posterior ao ano de 2004, quando surge o “Programa Brasil Sem Homofobia” (Santos; Perez; Szwako, 2017).

Em 2019, ano marcado por diversos acontecimentos na esfera política, houve uma decisão histórica para a comunidade LGBTI+ brasileira. No dia 13 de junho de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que “houve omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não editar lei que criminaliza atos de homofobia e de transfobia”, enquadrando “as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas” nos moldes da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor⁹.

Tais ações representaram conquistas de direitos extremamente importante para pessoas LGBTI+, mas ao mesmo tempo tais conquistas acabaram se inserindo em um contexto em que decisões da esfera jurídica brasileira reverberaram em atitudes mais radicais de fundamentalistas religiosos e outros conservadores, principalmente no âmbito legislativo e do executivo da época, na tentativa de, a longo prazo, manterem uma sociedade estruturada pela lgbtfobia (Mello; Braz, 2020). Entre as falas que representaram tal movimento, em resposta à decisão do STF de 2019 o ex-presidente Jair Messias

⁹ “STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa”, disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>

Bolsonaro declarou: “[a] decisão do Supremo é completamente equivocada. Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes”¹⁰. Já no legislativo, a bancada evangélica tentou de diversas formas impedir a conclusão do projeto do STF, utilizando de discursos burocráticos como o de que tal decisão usurparia o poder constitucional do Congresso ou tentando de última hora colocar em pauta projetos de lei que tratassem do assunto¹¹ para suspender o julgamento pela criminalização da homotransfobia.

Os desenrolares contidos nesse episódio apresentam um exemplo de como as instituições brasileiras vivem uma profunda contradição quanto a como se posicionar diante da comunidade LGBTI+ no Brasil. Enquanto há grupos políticos e religiosos conservadores que demonstram enorme resistência em admitir a grave situação envolvendo a discriminação contra esses sujeitos, tentando deslegitimar dados trazidos por diversas entidades que lutam para a garantia de direitos da população LGBTI+, e acusando tais sujeitos de querer subverter moralmente a sociedade em busca de privilégios (Junqueira, 2018), também há movimentos no poder legislativo (com poucas conquistas definitivas em forma de lei) e judiciário de posição mais progressista que visam incluir as minorias de gênero e sexuais em sua agenda (Costa, 2015).

No âmbito da educação, existe um longo histórico de reivindicações que buscam a inclusão de pautas referentes a gênero e sexualidade, como na educação básica, onde, mesmo com a nítida presença de sujeitos LGBTI+ nesse espaço, ainda há muito para ser construído (César, 2009). Na universidade não é diferente, nota-se que os mecanismos de dominação e hegemonia ainda estão presentes (Silva, 2017; Silveira, 2012), produzindo barreiras para quem não se adequa a normatividade cis e heterossexual.

Compreendemos neste trabalho que as universidades, em seu processo de democratização, ampliaram o acesso com a construção de políticas cotistas e as políticas de permanência (Costa, 2015; Silveira, 2012). O advento da Lei 12.711 de 2012 foi um marco importantíssimo, ao estabelecer as reservas de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pretos e pardos e estudantes de famílias que possuam renda per capita de até 1,5 salários-mínimos. Após atualizações, a legislação passou a incluir a

¹⁰ “Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia”, disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizarhomofobia>

¹¹ “Bolsonaro critica decisão do STF de criminalizar homofobia”, disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-06/bolsonaro-critica-decisao-do-stf-de-criminalizarhomofobia>

reserva de vagas para estudantes com deficiência (Lei 13.409 de 2016), e após revisões aprovadas em 2023 com a Lei 14.723, passou a incluir reserva de vagas para quilombolas e a utilizar a renda de até 1 salário-mínimo per capita como referência para o acesso ao direito (Felipe; Silva, 2024).

Sem sombra de dúvidas, a Lei de Cotas e suas atualizações ampliaram o acesso universitário a parte da população que historicamente tem sido excluída do direito ao ensino superior. Por outro lado, uma análise mais detalhada destas mudanças acaba por indicar que outros grupos que se interseccionam a estes elencados na lei, como a população LGBTI+, por exemplo, não tem políticas específicas, afinal, nem sempre as expressões de gênero e sexuais foram consideradas como marcadores sociais relevantes na acessibilidade e permanência.

As universidades, que pretendem se tornar um espaço verdadeiramente democrático, precisam repensar suas práticas com ações afirmativas de acesso e permanência que garantam as necessidades específicas da população LGBTI+. Um exemplo de atuação nesse cenário seria construir um espaço em que figuras subversivas, como sujeitos da diversidade sexual e de gênero, possam ocupar e produzir vocabulários inclusivos para aqueles que não são contemplados pela heterocisnormatividade e materiais teóricos que incluam além daquilo que vem sendo legislado em nome de uma suposta maioria há tanto tempo. Caso contrário, o espaço da universidade pode ser agente de manutenção de estruturas opressivas, onde são promovidos privilégios e hierarquias sociais aos que conseguem transparecer uma imagem aceitável às diretrizes da heterossexualidade.

Ainda há muito a se garantir sobre a qualidade de permanência da população LGBTI+ nas universidades, onde os processos pedagógicos e os mecanismos de exclusão ainda são existentes, produzindo barreiras como o preconceito racial, de classe e de orientação sexual e gênero, efeitos da manutenção de desigualdades marcadas pelos discursos da sujeição do diferente. Vivemos, por exemplo, em um país em que apenas cerca de 0,02% de mulheres trans e travestis chegam na universidade (Benevides; Nogueira, 2020).

Para mudar tal cenário, agentes do movimento social LGBTI+ têm colocado a importância do desenvolvimento de políticas e ações afirmativas que possam garantir a entrada e permanência de sujeitos LGBTI+ no espaço universitário. Segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas (GEMAA) do Instituto de Estudos

Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, ações afirmativas são um conjunto de medidas que buscam combater discriminações de grupos socialmente vulneráveis que garantam sua maior representatividade e participação. Além das cotas e reservas de vagas ou outros processos de acessibilidade à educação superior, por exemplo, estão medidas de proteção a estilos de vida ameaçados e políticas de valorização identitária (GEMAA, 2021). Nesse caso, elas não somente têm um caráter reparatório – portanto, retrospectivo – para a diminuição dos processos discriminatórios da sociedade, mas também prospectivo, na proposição de transformação social (Piovesan, 2008).

As pesquisas sobre o impacto de políticas e ações afirmativas voltadas para a população LGBTI+ nas universidades brasileiras são poucas e recentes, muitas delas tratando de relatos de casos de algumas instituições.

Os trabalhos de Souza (2015) e de Amaral (2013) abordam as práticas de coletivos LGBTI+ na busca por visibilização da diversidade na universidade. A possibilidade do exercício da militância no ambiente universitário, e o que ele provoca enquanto espaço de reivindicação de direitos e cidadania LGBTI+, demonstram a falta de políticas institucionais que garantam o respeito pelas suas identidades e necessidades no interior da universidade.

Já Santos (2017) aprofunda a forma como a condição de ser LGBTI+ em uma universidade é uma variável relevante na análise dos processos de exclusão. A permanência e a acessibilidade aos processos educativos no contexto universitário são analisadas em um estudo de caso com três estudantes LGBTI+ de graduação em formação pedagógica para educação no campo. Os processos vivenciados por esses jovens revelaram mecanismos de exclusão da universidade, pautadas pelas normas heterossexistas e masculinistas. Assim, os processos educacionais universitários desvelam práticas pedagógicas e relacionais que situam a condição de ser LGBTI+ como sujeitos posicionados na norma como anormais, inadequados ou, ainda, incapazes de certas aprendizagens e de ocuparem determinados lugares.

Silva (2017) e Alves e Silva (2016) apontam processos semelhantes de exclusão com um grupo de estudantes de graduação LGBTI+ no relato de suas vivências, notadamente nas práticas de sala de aula. No entanto, os entrevistados também situam as possibilidades de resistência, que criam formas de permanecer e existir na universidade, que possibilitam, nas microrrelações, a expressão das suas sexualidades e gêneros não-binários e não-normativos.

Mais recentemente, Rios e Perez publicaram o artigo “Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças na última década” (2021), onde destacam que apesar de a população de estudantes LGBTI+ não ser apresentada em uma quantificação exata por pesquisas nacionais, estudos qualitativos indicam que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero têm aumentado cada vez mais nas universidades públicas. A partir disso, é perceptível o impacto promovido em algumas instituições, com a adoção do uso do nome social e com algumas universidades permitindo que os banheiros sejam utilizados de acordo com a identidade de gênero. Outra discussão que também vem avançando é sobre a instituição de cotas para pessoas trans, visando a “institucionalização de mecanismos inclusivos na estrutura burocrática da universidade” (Rios; Perez, 2021, p.100).

Os autores também enfatizam que “o perfil universitário mudou” (Rios; Perez, 2021, p. 112) e que a presença de sujeitos da diversidade sexual e de gênero traz diversos impactos nas dimensões do espaço universitário, ao encontrarem “[...] demandas por políticas institucionais e questões relacionadas ao sentimento de (não) pertencimento dentro da universidade” (Rios; Perez, 2021, p. 108). Esse último trecho também demonstra que as questões envolvendo o sentimento de pertencimento na universidade por parte de estudantes LGBTI+ é algo urgente para ser pensado, sendo importante o desenvolvimento de mais pesquisas a respeito.

Com o movimento social (Sales, 2019; Barreto *et al*, 2018; Mello *et al*, 2012) colocando em pauta as questões da cidadania e direitos LGBTI+, este passa a ser historicamente um importante e estratégico campo de luta. Não só para o acesso, mas também para a permanência com dignidade, como temos visto com a garantia do uso do nome social para a população trans no contexto do ensino básico e superior (Decreto Federal 8.727 de 2016), bem como a adequação da identidade de gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de laudos psicológicos ou psiquiátricos.

Também é fundamental destacar como os debates sobre gênero e sexualidade nos âmbitos educacionais desempenham um papel importante enquanto dispositivos de produção de saúde, segurança e cidadania. A inclusão de conversações sobre gênero e sexualidade permite produções de conhecimentos disruptivos sobre corpos e identidades, colocando em pauta questões como diversidade e saúde mental.

No que diz respeito à segurança e cidadania, espaços como a universidade podem ter os debates sobre sexualidade e gênero como aliados no combate às discriminações e

diversas outras formas de violência contribuindo para uma sociedade pautada nos direitos humanos, caminhando na mesma direção de resoluções nacionais e internacionais de impacto significativo, como o “Princípios de Yogyakarta” (Alamino; Vecchio, 2018; O’Flaherty; Fischer, 2008). Tais esforços são relevantes em um país em que 99% da população LGBTI+ declara não se sentir segura, como demonstrado nos dados de uma pesquisa realizada no ano de 2019 por meio de redes sociais pela ANTRA¹². E nesse cenário temos instituições como a Polícia Civil, Militar e Guarda Municipal, que persistem em ter grandes problemas em relação a lgbtfobia institucionalizada, mesmo, pelo menos no imaginário social, assumindo o papel de assegurar a segurança pública (Prado *et al.*, 2014)

Desse modo, a presente pesquisa se justifica como uma possibilidade de compreendermos a construção dos processos subjetivos de sujeitos envolvidos em alianças LGBTI+ na universidade e como esses vínculos exercem influência em aspectos como o pertencimento dessas pessoas.

Por processos subjetivos, levamos em consideração alguns escritos de Deleuze e Guattari sobre o conceito de subjetividade e temáticas que cercam o assunto. Ao analisar os escritos do filósofo David Hume, Deleuze (2012) descreve em seu livro “Empirismo e Subjetividade” como a subjetividade é afetada pelas relações e vínculos, bem como pode ter diferentes expressões e influências de acordo com as circunstâncias:

[...] em sua essência, a subjetividade é prática. É nos vínculos do motivo e da ação, do meio e do fim, que se revelará sua unidade definitiva, isto é, a unidade das próprias relações e das circunstâncias: com efeito, *esses vínculos meio-fim, motivo-ação, são relações, mas outra coisa também* (Deleuze, 2012, p. 105).

Tal trecho é coerente com o que Furlan e Cassiano trazem em seu artigo “O processo de subjetivação segundo a Esquizoanálise”, onde apresentam a ideia na qual o que Deleuze e Guattari nomeiam como subjetividade são “[...] processos de subjetivação-dessubjetivação, afinal o homem se constrói em muitas relações e se desconstrói em diversas outras ao enveredar por linhas de fuga” (Furlan; Cassino, 2013, p. 375). Os autores também colocam que

[...] para a Esquizoanálise não existe em nós um sujeito único, mas vários, traçados cada um segundo as linhas duras que os atravessam nos diversos contextos de sua vida: sujeito-aluno, sujeito-trabalhador, sujeito-militar, sujeito-religioso, o marido em um casamento, o namorado, o pai de família etc.

¹² Mais informações: <https://antrabrazil.org/2019/05/21/99-da-populacao-lgbti-nao-se-sente-segura-no-brasil/>

Em outros termos, nossas identidades variam segundo as posições que ocupamos nas relações sociais (Furlan; Cassino, 2013, p. 373).

Por linhas duras, entendem-se os esquemas de atravessamentos existenciais que são formados para “garantir e controlar a identidade de cada instância” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 73), conectados não só com os conjuntos molares que podem ser representados pelas instituições, Estado e capital, mas também “incluindo aí a identidade pessoal” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 73), implicando na promoção de tal movimento de forma mais autônoma.

Tal pensamento adere ao que Deleuze e Guattari versam em outros momentos de “Mil Platôs” ao colocarem que as diferentes possibilidades de expressões subjetivas podem sinalizar potenciais aprisionamentos, pontuando que “o capitalismo aparece como uma empresa mundial de subjetivação” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 169). Ao analisar Marx, os autores sublinham que no capitalismo “a circulação constitui o capital como subjetividade adequada à sociedade inteira” (Deleuze; Guattari, 2012a, p.161), destacando que tal modelo econômico tenta impor o que é ideal para se construir subjetivamente, onde o movimento do capital não é apenas expresso pela atividade econômica, mas também acaba influenciando a forma como as pessoas se percebem e se relacionam umas com as outras socialmente.

Levando em conta que o capitalismo pode ser considerado um sistema econômico, político e social que busca suporte de continuidade a partir da persistência de estruturas discriminatórias e opressivas, como o racismo, lgbtfobia e machismo (Butler, 2018), o tecido social vigente pode ser agente de produção subjetiva com potencial opressivo e que está alastrado em todos os espaços, incluindo o universitário, colocando a necessidade em se investigar ações que visem construir resistência em tais espaços, lutando por correntes subjetivas que possam ir além das influências de quem quer se manter no poder pela tirania.

Tal movimento representa iniciativas para conexão com as potencialidades construídas a partir das linhas de segmentaridade flexível/molecular, que representam “fissuras” (Carvalhes, 2015, p. 26) nas formas de viver engessadas e tradicionais, e com as chamadas linhas de fuga, que possibilitadas a partir das brechas abertas pelas linhas moleculares, levam a disrupção significativa, onde se “salta linearmente”, onde há “catástrofe ou sensação” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 77) e o sujeito não pode mais

ignorar o terremoto gerado e precisa reavaliar as segmentaridades duras nas quais está inserido.

Ao escreverem que “a nação é a própria operação de uma subjetivação coletiva, à qual o Estado moderno corresponde como processo de sujeição” (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 167), os autores continuam a expressar a forma como o Estado pode ser agente de aprisionamento subjetivo, mas, assim como os autores desenvolvem horizontes através das potencialidades das linhas de fuga, também considero que é possível existirem nações dentro uma nação e que uma imposição “nacional” pode ser enfrentada através de populações, comunidades, multidões, movimentos, alianças, vínculos, entre outras possibilidades, que não podem ser subestimadas (Butler, 2018).

“As linhas de fuga são mais difíceis de serem localizadas, uma vez que se ensaiam na sutileza dos encontros” (Carvalhes, 2015, p. 27), portanto, considero que a presente investigação é uma tentativa de realizar exatamente isso, localizar e compreender melhor a forma como as micropolíticas entre pessoas da diversidade sexual e de gênero são construídas e como elas são importantes na formação de uma universidade mais inclusiva e plural, demonstrando as disfunções construídas por sujeitos que estão se movimentando para construir um mundo menos rígido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a composição do tópico sobre Amizades e Alianças, fui atravessado por um episódio de *Drag Race* Canada, em que uma *drag queen* fala da realidade de ser um homem gay na década de 80. Tal *queen*, chamada Kitten Kaboodle, estava no *reality* com 57 anos, sendo a *queen* mais velha a competir na história de *Drag Race*. No segundo episódio da quarta temporada, Kitten falou que a comunidade LGBTI+ era como uma lenda urbana, que os que não estavam inseridos nos espaços secretos e marginalizados de resistência não sabiam que existiam outras pessoas LGBTI+ com quem poderiam estabelecer vínculos. Kitten de certa forma achava que não existiam outras pessoas como ela, que a possibilidade de estar com outras pessoas LGBTI+ era uma realidade distante. Contudo, ao encontrar pessoas que a levaram a festas e confraternizações em que pôde conhecer outras pessoas LGBTI+, viu que existiam muito mais pessoas como ela do que poderia imaginar e que o que era representado na mídia e em outros espaços de poder era algo muito distante da realidade concreta.

Tal relato trouxe a lembrança do período em que eu estava saindo do armário com 16 anos e queria conhecer outros meninos gays. Nessa época eu já tinha noção de que existiam muitas outras pessoas LGBTI+ no mundo, apesar de que muitas vezes o que eu tinha contato eram representações em novelas e programas de humor que nos retratavam de forma bastante discriminatória, ou através de sermões das reuniões das Testemunhas de Jeová que reconheciam a existência de pessoas LGBTI+, mas que sempre falavam para condenar e fazer análises do estilo de vida supostamente perturbado das pessoas da diversidade sexual e de gênero. Portanto, tal qual foi meu choque ao entrar no *Facebook*, em um momento decidido a viver minha identidade e ir atrás de outros meninos gays para poder finalmente libertar meus afetos e sexualidade e descobrir que existia uma infinidade de sujeitos LGBTI+? Uma pessoa trans era quase uma lenda para mim, simplesmente não havia registro na minha cabeça da representação de uma pessoa trans de forma realmente humanizada. Quando entrei em grupos do *Facebook* que contavam com mais de 20 mil pessoas em que a grande maioria era LGBTI+ e em que eram discutidos tópicos que faziam sentido para nós, veio uma sensação forte de saber que existia uma variedade gigantesca de pessoas dentro da comunidade, algo que parecia ser exclusivo de pessoas pertencentes a heteronormatividade. Sempre me senti a exceção e a partir daquele momento entendi que existiam espaços em que eu poderia não ser solitário com a minha identidade. Tal reflexão me fez compreender um pouco mais a importância da

representatividade, afinal poder nos ver representados possibilita enxergar horizontes para nós mesmos, possibilita expansão, possibilita construção subjetiva (De Castro; Ferreira Silva; Lopes e Silva, 2024; Alencar; Holanda, 2019). Não construir meios de representação identitária nos espaços coíbe a pluralidade em níveis que podem não ser tão óbvios, pois não são apenas as pessoas de tal espaço que são afetadas, mas as que estão na margem social-histórica imaginando a possibilidade de adentrar determinados muros e que acabam por não enxergar essa possibilidade por falta de perspectivas.

Ao longo desse trabalho foram destacados os movimentos históricos e políticos no território brasileiro que fundamentaram as bases para possibilitar políticas como as ações afirmativas, o que demonstra a importância dos movimentos sociais e da ação para a conquista de direitos. Também se tornou evidente a complexidade intrínseca ao objeto de estudo em questão. Ao adentrar no âmago das relações interpessoais dentro do ambiente universitário, percebe-se que elas desempenham um papel crucial no desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes. Além disso, é imperativo considerar os contextos que vão além dos limites da universidade, os estudantes estão inseridos em uma teia complexa de relações sociais. Os desafios e oportunidades que surgem desses contextos externos podem moldar significativamente suas experiências acadêmicas. Por exemplo, estudantes que enfrentam dificuldades financeiras ou familiares podem ter uma trajetória universitária diferente daqueles que desfrutam de privilégios socioeconômicos.

São necessárias ações afirmativas que possam garantir a segurança e, consequentemente, a permanência de discentes LGBTI+, em especial a população trans, para que essas pessoas possam chegar em posições de poder nas universidades, sendo que tanto a classe de docentes e de técnicos administrativos ainda são dominadas por pessoas cis e brancas (ANDIFES, 2019; INEP, 2018), que a partir de privilégios promovidos por uma sociedade heterossexista, enfrentaram menores impedimentos para serem bem sucedidos na carreira acadêmica. Tendo isso em mente, acreditamos que a maior presença de membros que compõem a população LGBTI+, em especial pessoas trans não pertencentes a branquitude, se refletiria em maiores esforços para que ações que garantam o bem-estar e permanência de sujeitos da diversidade sexual e de gênero fossem pensadas e instituídas.

É de extrema relevância enfatizarmos a importância da presença e permanência LGBTI+ nas universidades, pois a presença de tais sujeitos amplia a diversidade epistêmica ao trazer diferentes pontos de vista sobre questões sociais, culturais e políticas, enriquecendo os debates acadêmicos. Sujeitos LGBTI+ podem contribuir de maneira singular para a produção do conhecimento, uma vez que com nossas vivências podemos inspirar caminhos de estudo e abordagens. Por conta desses fatores, enxergo como as políticas de cotas para pessoas trans são significativas e necessárias de serem pensadas e implantadas nas universidades públicas, tanto à nível de graduação como de pós-graduação. Estudos desenvolvidos para acompanhar o desempenho acadêmico de estudantes cotistas demonstram que tais discentes não têm um desempenho escolar inferior (Mantovani, 2021) e outras pesquisas apresentam a enorme importância de pessoas trans na universidade, sendo aspecto chave para transformação social (Scote; Garcia, 2020).

Algumas outras ações também podem ser recomendadas, como a necessidade de estatísticas oficiais por parte do governo em relação a violências sofridas por pessoas LGBTI+, ações de familiarização de docentes e técnicos administrativos em relação à diversidade sexual e de gênero e a implantação de banheiros inclusivos. Todas essas ações podem colaborar para a construção de um mundo mais plural e igualitário, dentro e fora da universidade.

Futuramente pretendo expandir mais alguns aspectos do presente trabalho, como a investigação realizada em território espanhol, que por conta de sua complexidade não pôde ser explorada em sua total capacidade no presente texto.

Outro aspecto foi a beleza das amizades, alianças, redes de apoio e outros vínculos que demonstraram ser um aspecto tão importante de várias vivências que foram compartilhadas nos grupos focais e entrevistas. Esse é um ponto com o qual me identifico e sei que muito disso foi possível pelo espaço plural da Unesp Assis, resultado de iniciativas docente e discente construídas ali. Atualmente fico feliz que a universidade como um todo esteja ouvindo mais as necessidades de corpos dissidentes e que assim possamos continuar, pois não são apenas processos subjetivos que geram pertencimento, mudanças institucionais na universidade são agentes nesse processo e, por conta disso, temos o direito e dever de cobrar as instituições para que sejam ativas para bem receber pessoas da diversidade sexual e de gênero.

Não raro a universidade segmenta, trabalhando no plano molar que agencia fluxos de regularidade e unicidade. Os atores à frente do poder de ação, cada um com suas prioridades e interesses, geram encadeamentos burocráticos (Deleuze; Guattari, 2011) que podem fazer com que as demandas e necessidades da população LGBTI+ sofram com obstáculos e invisibilizações. Diante desse quadro, se torna essencial serem pensadas ações afirmativas para o acesso e permanência dessas pessoas em espaços como a universidade, pois provocam rupturas que fazem deslocamentos do plano molar, garantindo direitos e uma cultura universitária baseada na democracia e no respeito à dignidade humana. (Vianna, 2015; Santos, 2017).

Percebemos nesse trabalho que ao serem observados os processos de sujeitos envolvidos em alianças LGBTI+ na universidade, se vê a forma como esses vínculos exercem influência no pertencimento dessas pessoas e como as micropolíticas entre pessoas da diversidade sexual e de gênero são importantes na formação de uma universidade mais inclusiva e plural. Tanto quanto os aparatos institucionais, a reunião de coletivos em alianças, como guerrilha estético-política (Duarte *et al*, 2020), com propósitos compartilhados, em colaboração e construção de apoio institucionais e redes de diálogo, auxilia o quadro de acessibilidade e permanência a poder se cimentar com mais concretude e estabilidade, contribuindo com a construção de universidade mais inclusiva.

Por fim, espero que o presente trabalho possa ser uma contribuição positiva para o campo de estudos da educação e diversidade e que faça parte da importante construção coletiva de realidades mais justas, não só dentro das universidades, mas em todas as outras esferas sociais que nunca estão sozinhas, afinal vivemos em um mundo entrelaçado, e negar as infinitas possibilidades desse mundo é deixar de aproveitar a riqueza contida nele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAMINO, F. N. P.; DEL VECCHIO, V. A. Os Princípios de Yogyakarta e a proteção de direitos fundamentais das minorias de orientação sexual e de identidade de gênero. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, v.113, pp. 645-668, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/156674>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALBUQUERQUE, P. P; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283623042_Homofobia_na_escola_relatos_de_universitarios_sobre_as_piores_experiencias Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALENCAR, A. E. V.; HOLANDA, V. M. S. Política Afirmativa Estudantil em Perspectiva: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. **Cad. gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 12, n. 39, p. 162-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9226> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALMEIDA, E. L. de; CARVALHO, M. E. P. de. Elementos centrais e periféricos da representação social de masculinidade de estudantes do interior de Pernambuco. **Caderno Espaço Feminino**, v.35, pp. 247–272, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/67112> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ALVES, R. D. P.; SILVA, E. L. S. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. **Gênero**, Niterói, v.17, n.1, p. 83 – 98, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31253> Acesso em: 10 jul. 2024.
- AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 12, v. 2, 2013. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/view/90/73> Acesso em: 10 jul. 2024.
- ANTRA, **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf> Acesso 10 jul. 2024.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ASSIS, D. N. C. **Interseccionalidades**. UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, Salvador, 2019.
- AUGÉ, M. **Não Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- BASSO, Anna Terra Pereira. **Violência de gênero na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BARRETO, D. J.; SALES, A. B.; PERES, W. S.; DALLAPICULA, C. Podem as travestis estudar? Regimes de verdade sobre corporalidades vibráteis na escola. **Revista de Psicologia Política**, v. 18, p. 322-336, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000200009 Acesso em: 10 jul. 2024.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, 2020.

BENTO, B. **Homem não tece a dor**: queixas e perplexidades masculinas / Berenice Bento. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BROWN, H. C. A Crowded Room or the Perfect Fit? Exploring Affirmative Action Treatment in College and University Admissions for Self-Identified LGBT Individuals. **William & Mary journal of Race, Gender, and Social Justice**, vol. 21, p. 602-667, 2015. Disponível em: <https://scholarship.law.wm.edu/wmjowl/vol21/iss3/3/> Acesso em: 10 jul. 2024.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Vida Precária**: Os Poderes do luto e da Violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CARMONA, A.; PRADO, M. A. M. O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública [Trabalho completo]. In **Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2009. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116.%20o%20universal%20e%20o%20particular%20na%20pol%C3%ADtica%20lgbt.pdf Acesso em: 10 jul. 2024.

CARNEIRO, N. F. M. S. C. **Ser, Pertencer e Participar: Construção da Identidade Homossexual, Redes de Apoio e Participação Comunitária**. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Psicologia, pela Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Porto – PT, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHAES, F. F. **Mulheres no crime**: deslizamento de fronteiras. Tese- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2015.

CASTAÑEDA, M. **A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educ. rev.**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KJYWKvFypgHjzbMtm4MvwDv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

CINTRA, A. M. S.; MESQUITA, L. P. de; MATUMOTO, S.; FORTUNA, C. M. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 45-53, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qCG7P8pMVLPPWhR75szJNr7d/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 10 jul. 2024.

COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CONNELL, P.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, R. **Masculinities**. California: University of California Press, 2005.

CORRER, R.; SOUZA, A. P. V. Expressões da sexualidade: estudo a partir da construção da masculinidade em estudantes do ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n.2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8336> Acesso em: 10 jul. 2024.

COSTA, J. F. Prefácio a título de diálogo. In: ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTA, L. P. C. **O judiciário enquanto aliado do movimento LGBT**: perspectivas positivas e negativas em comparação ao legislativo na busca pela criminalização da homofobia. TCC em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DE CASTRO, R. P.; FERREIRA, A. S.; LOPES SILVA, C. C. Constituindo subjetividades no Ensino Superior: Processos formativos, gêneros e sexualidades. **Diversidade E Educação**, n.9(Especial), pp. 205–230, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12648>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade**: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, Volume I. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Volume III. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, Volume V. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012b.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: uma descrição dos métodos**. 2013. TCC (Graduação) - Curso de Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

DUVAL, E. **Después de lo trans: Sexo y género entre la izquierda y lo identitário**. Valencia: La Caja Books, 2021.

FELIPE, D. A.; SILVA, C. G. A. Cotas para pessoas negras na Educação Superior: uma luta constante. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 17, n. 1, p. 302–319, 2024. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/article/view/7171>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FELIPE, J. Infância, gênero e sexualidade. **Educação & Realidade**. n.25, pp.115-131, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/48688> Acesso em: 10 jul. 2024.

FERES JR. J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. C.; VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERNANDES FILHO, A.; GARCIA, O. R. Z. Criação da CDGEN: uma estratégia institucional para combater a LGBTfobia e violência de gênero no ambiente universitário. **RELIES: Revista Del Laboratorio Iberoamericano Para El Estudio Sociohistórico De Las Sexualidades**, pp. 34-47, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361717572_Criacao_da_CDGEN_uma_estrategia_institucional_para_combater_a_LGBTfobia_e_violencia_de_genero_no_ambiente_universitario Acesso em: 10 jul. 2024.

FERREIRA, D. B. B.; FERREIRA, F. B. B.; MENEZES, C. C. S.; SOUZA NETA, A. M. de; PESSÔA, B. de S. L.; MATTOS, R. M. P. R.; PIMENTEL, D. Orientação sexual e identidade de gênero: a homossexualidade e seus reflexos na saúde mental de estudantes de medicina de uma universidade sergipana. **Debates em Psiquiatria**, v. 12, pp. 1-23, 2022. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/354> Acesso em: 10 jul. 2024.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLOETER, G. S. **Xupa, CAASO!**”: masculinidades e relações de gênero na Associação Atlética Acadêmica da UFSCar. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos Câmpus São Carlos, 2012.

FONTENELLE, M. E. A. **Percepções sobre a efetividade e utilização da pesquisa qualitativa no marketing eleitoral**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC. Belo Horizonte: 2008.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FURLAN, R.; CASSIANO, M. O Processo de Subjetivação segundo a Esquizaanálise. **Psicologia e Sociedade**, v.25, n.2, pp.373–382, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dgLDtXKSwqS85RSQSJpRrZP/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 jul. 2024.

GAISER, T. J.; SCHREINER, A. E. **A guide to conducting online research**. Londres: Sage.

GALINDO, D.; CAZEIRO, F.; SOUZA, L. L. de; SERRA, A. G.; **LGBTs e gênero banidos?** Notas genealógicas sobre projetos de lei no Brasil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 22, n. 2, p. 253-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/33506> Acesso em: 10 jul. 2024.

GEMAA- Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ações Afirmativas. **O que são ações afirmativas?**, Instituto de Estudos Sociais e Políticos: UERJ. 2021. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2ª ed., 2019.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia** 2023. 2024, on-line. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/> Acesso em: 10 jul. 2024.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: relatório** 2022. 2023, on-line. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/> Acesso em: 10 jul. 2024.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

HATZENBUEHLER, M. L. The Social Environment and Suicide Attempts in Lesbian, Gay, and Bisexual Youth. **Official Journal of the American Academy of Pediatrics**. p. 896- 903, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3081186/> Acesso em: 10 jul. 2024.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. Polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004 Acesso em: 10 jul. 2024.

LIRA, K. F. S. de. Envelhecimento da população LGBT: desafios no Sertão de Pernambuco. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 12, n. 18, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/13579>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LOURO, G. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, A. (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MANTOVANI, B. **O desempenho do Ensino Superior no Brasil e as cotas: uma análise dos dados do ENADE**. Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharelada em Economia, 2021.

MARILAC, L; QUEIROZ, N. **Eu, Travesti**: Memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; BRAZ, C. Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBT no Brasil contemporâneo. In: Regina Facchini e Isadora Lins França (Org.), **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Unicamp, v. 1, p. 165-187, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gM5yJLvwVLHrXsBWymYHgN/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

MELLO, L.; BRAZ, C.; FREITAS, F. R. de; AVELAR, R. B. de. **Questões LGBT em debate**: sobre desafios e conquistas. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 151-161, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/20680> Acesso em: 12 jul. 2024.

MENESES, E. S. Um corpo gay pesquisando masculinidades 'viadas' na universidade machista. In: HINTZE, H. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 101-116, 2020.

MENEZES, A. D. A.; MARTINHÃO, V. S. Encontros marcados: sobre narrativas, políticas de aliança e saúde mental LGBTI+. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. v. 2 n. 01, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/207> Acesso em: 12 jul. 2024.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MORA, V. **Quién teme a lo queer**. Madrid: Continta Me Tienes, 2021.

NETO, J. L. F. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 397-406, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/109972> Acesso em: 12 jul. 2024.

O'FLAHERTY, M.; FISCHER, J. Sexual orientation, gender identity and International Human Rights Law: contextualising the Yogyakarta Principles. **Human Rights Law Review**, Oxford, v. 8, n. 2, p. 207-248, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249278061_Sexual_Orientation_Gender_Identity_and_International_Human_Rights_Law_Contextualising_the_Yogyakarta_Principles Acesso em: 12 jul. 2024.

ORTEGA, A. C.; SILVA, F. P. M. As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicada aos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. (Orgs.) **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Ipea, p. 113-121, 2016.

PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. **Vulnerabilidade e Direitos Humanos – Prevenção e Promoção da Saúde – Livro I - Da Doença à Cidadania**. Curitiba: Editora Juruá, 2012.

PERES, W. S. Psicologia e Políticas *Queer*. In: TEIXEIRA FILHO, F. S.; PERES, W. S.; RONDINI, C. A.; SOUZA, L. L. de; (Orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea**. Edufmt, 2013.

PICHARDO, J. I.; PUCHE, L. Universidad y diversidad sexogenérica: barreras, innovaciones y retos de futuro. **Revista de Ciencias Sociales**, p. 10-26, 2019. Disponível em: <https://www.methaodos.org/revista-methaodos/index.php/methaodos/article/view/287> Acesso em: 12 jul. 2024.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. v. 16, n. 3, pp. 887-896, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnv8FQsVZzFH/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

PIZA-DUARTE, E.; SANTOS-PEREIRA, G.; COSTA, G.; OLIVEIRA, J. C.; ARARUNA, M. L. Corpolítica: Coletiva e Projeto de Extensão LGBT. Extensão Popular e Guerrilha Estético-Política de Vivências LGBT. CS, **Cali**. n. 32, p. 163-189, 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242020000300163&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 10 jul. 2024.

PODESTÁ, L. L. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Revista Periódicus**, v.1, n.11, p 363–380, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873> Acesso em: 12 jul. 2024.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou a felicidade no gueto? In: ÁRIES, P.; BÉJIN, A. (org.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO, M. A. M.; PINTO, J. B. M.; BARROS, C. R.; DORIGO, J. N.; COSTA, N. G. de; FREITAS, R. V. Segurança pública e população LGBT: formação, representações e homofobia. In: LIMA, C. do S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S. de. (Orgs.) **Coleção Pensando a Segurança Pública**, vol. 5. Segurança Pública e Direitos Humanos: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

PRADO, M. A. M.; TONELI, M. J. F. Política e sujeitos coletivos: entre consensos e desacordos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 18, n. 2, p. 351-357, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/Nkt5v7zgLNCdPmvpS3wnq3N/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

PRECIADO, P. B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança *queer*? **Jangada: crítica | literatura | artes**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 96–99, 2018. Disponível em: <https://www.revistajangada.ufv.br/Jangada/article/view/17>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PUCCINELLI, B. Rua declinada no masculino: sexualidades, mercado imobiliário e masculinidades no Centro de São Paulo (Brasil). **Revista Punto Género**, n. 6, 2016. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/42920> Acesso em: 12 jul. 2024.

QUARESMA, S. J.; BONI, V. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis: Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027> Acesso em: 12 jul. 2024.

QUINALHA, R. Lâmpião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964. **Cadernos Pagu**, n.61. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8666868> Acesso em: 12 jul. 2024.

REIS, N.; PINHO, R. GÊNEROS NÃO-BINÁRIOS: IDENTIDADES, EXPRESSÕES E EDUCAÇÃO. **Reflexão E Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7045> Acesso em: 12 jul. 2024.

RIOS, F.; PEREZ, O. C. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (Orgs.), **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Unicamp, v. 1, p. 89-116, 2021. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/f5tt4> Acesso em: 12 jul. 2024.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 166-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

RUBIN, G. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?seq Acesso em: 12 jul. 2024.

RUSSEL, C. C.; SERRATOSA A. C. **Memória Anual**. Observatori Contra L'Homofòbia. Barcelona, 2022.

SALES, A. **Travestis brasileiras e escolas (da vida):** cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. Curitiba: Editora CRV, 2019.

SANTOS, V. E. F. A. dos; VASCONCELOS, U.; NEGRO-DELLACQUA, M.; LIMA, K. de M.; FERREIRA, L. O. C. Prevalência da homofobia entre alunos da Universidade de Pernambuco em 2012. **Saúde e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, 2017. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasauade/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/594> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, C. V. M. dos. Sofrimento psíquico e risco de suicídio: diálogo sobre saúde mental na universidade. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 149-160, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200010 Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, G. G. C.; PEREZ, O.; SZWAKO, J. “Gêneros da participação”: refletindo sobre limites e possibilidades da participação social na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual em âmbito estatal. **Estudos de Sociologia**, Recife. v. 2, n. 23, p. 19-74, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/237054> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS, J. **A condição de ser LGBT e a permanência na universidade:** um estudo de caso no curso de pedagogia - educação do campo. Anais do Colóquio Internacional de Pesquisas na Educação Superior- COIPESU, João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, p. 1-21, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/trabalhos-publicados-em-anais/a-condicao-de-ser-lgbt-e-a-permanencia-na-universidade-um-estudo-de-caso-no-cuso-de-pedagogia-educacao-do-campo.pdf/view> Acesso em: 12 jul. 2024.

SANTOS JÚNIOR J.; THIBES M. Z.; MENEZES M. A. de. Operários nordestinos na Região do ABC Paulista: narrativas de classe e de masculinidades. **Soc estado**, v. 36, n. 2, p. 696-718, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33502> Acesso em: 12 jul. 2024.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. **Perspectiva**, v.38, n.2, p. 1–25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334> Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, D. R. da. **Família e Escola**: a instrumentalização do conceito de Família Tradicional como elemento da Política de direita no Brasil. Dissertação em Educação. PPG UFPB - João Pessoa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18932?locale=pt_BR Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, E. L. S. **Trajetória, permanência e afiliação de estudantes lgfts na ufrb**: a transformação do estigma em orgulho. Dissertação. Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/22676/1/Dep%C3%B3sito_DISSERTA%C3%87%C3%83O_ElderLuan_PPGEISU.pdf Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA NETO, C. M. da. **Relações de gênero e Indisciplina Escolar**: masculinidade em jogo. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09122019-164601/pt-br.php> Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação. Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Pelotas, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/MIRIAM.SILVEIRA_A-Assist%C3%A2ncia-Estudantil-no-Ensino-Superior-%E2%80%93-uma-an%C3%A1lise-sobre-as-pol%C3%ADticas-de-perman%C3%A2ncia-das-universidades-federais-brasileiras.pdf Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, M. H. **A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18172/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20EISU%20-%20MARCELO%20HENRIQUE%20DE%20SOUZA.pdf> Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa. **Investigação Qualitativa em Saúde**. Lisboa, v. 2, p. 120- 129, 2017. Disponível em: <https://www.esel.pt/node/7336> Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, S. R. L.; FRANCISCO, A. L. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios, desenhando caminhos. In: COSTA, A. P. (Ed.), **Atas do Vº Congresso Ibero-americano em investigação qualitativa**, V. 2: Investigação qualitativa na saúde (pp. 811–820). Porto: Edição Ludomedia, 2016.

STRESSER, R. L. **Uma análise sobre as concepções de masculinidades dos alunos de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/3947> Acesso em: 12 jul. 2024.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, v.15, n.106, p. 179-201, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p179> Acesso em: 12 jul. 2024.

TAQUES, F. J. **Movimento LGBT de Portugal e Espanha: Um estudo comparativo**. Tese para conclusão de Doutorado, orientadora Lígia Helena Hahn Lückmann. Florianópolis, SC, 2012.

TEIXEIRA FILHO, F. S.; MARRETTO, C. A. R.; MENDES, A. B.; SANTOS, E. N. dos. Homofobia e sexualidade em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicol. cienc. prof.**, v. 32, n. 1, p. 16- 33, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XcdVFzPdYTkJZJMMYqMTH7G/> Acesso em: 12 jul. 2024.

Transgender Europe. **Trans Murder Monitoring 2023 Global Update** [online]. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/> Acesso em: 12 jul. 2024.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 4ª edição, 2018.

VERAS, R. M.; FERNANDEZ, C. C.; FEITOSA, C. C. M.; FERNANDES, S. Perfil Socioeconômico e Expectativa de Carreira dos Estudantes de Medicina da Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira De Educação Médica**, v.44, n. 2. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/Kh6JgpZZSTZzSvhKrspRSGF/#> Acesso em: 12 jul. 2024.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**. V.41, n.3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2024.

VENTURINI, E.; BRANDÃO, M. S. G. Universidade, Solidão e Saúde Mental. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, v. 4, p. 94–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18985> Acesso em: 12 jul. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977> Acesso em: 12 jul. 2024.

WITTIG, M. **O Pensamento Hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.